



## **CONCURSO PÚBLICO 2009**

### **CARGO ASSISTENTE SOCIAL**

#### **INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno contém 25 questões. Caso não contenha, solicite imediatamente ao fiscal outro caderno.
- Você dispõe de 3 (três) horas para responder a todas as questões.
- Somente é permitida a entrega da prova ou a ida ao banheiro após 1 hora do início da prova.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Marque as respostas na grade, ao final do caderno.
- Transcreva as respostas para a folha ótica, preenchendo totalmente o círculo com CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA OU AZUL ESCURO. O uso de caneta porosa ou corretivo líquido provocará a anulação da prova.
- Será excluído do concurso o candidato que agir com incorreção ou descortesia, com qualquer pessoa da equipe encarregada pela aplicação da prova.
- Os 2 (dois) últimos candidatos que permanecerem em sala de prova, só poderão retirar-se conjuntamente.
- Ao terminar a prova, deverá ser entregue, obrigatoriamente, ao fiscal, seu cartão-resposta (folha ótica).

1. Na Lei 10.741 de 1 de outubro de 2003, que instituiu o Estatuto do Idoso, aos idosos que não possuem meios para prover sua subsistência, nem tê-las provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS. O idoso tem direito a esse benefício a partir de

- a) 65 anos.
- b) 67 anos.
- c) 60 anos.
- d) 70 anos.
- e) 75 anos.

2. Conforme a Lei 8069, de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar tem as atribuições abaixo, **EXCETO**

- a) Aplicar as medidas sócio-educativas para crianças autoras de atos infracionais.
- b) Atender aos pais e responsáveis orientando-os de maneira correta.
- c) Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.
- d) Assessorar o Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- e) Providenciar medidas de proteção, determinadas pelo juiz a adolescente autor de ato infracional.

3. Conforme a Lei Orgânica da Saúde, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, o SUS tem por objetivo a

- a) identificação de fatores que condicionem à saúde, prestando atendimento à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- b) política financeira de incentivo à saúde, visando o enfrentamento da pobreza.
- c) identificação de fatores condicionantes e determinantes, formulação de política de saúde promovida no campo social e econômico, assistência às pessoas por ações de promoção, proteção e recuperação da saúde.
- d) ação de ordem social que vise arrecadação de recursos à promoção da integração ao mercado de trabalho aos trabalhadores e usuários do SUS.
- e) supervisão, inspeção e auditoria nas unidades básicas de saúde, hospitais, através do controle social.

4. De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS- Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, entende-se por serviços de Assistência Social

- a) As atividades integradas que visem à melhoria da população, à qualificação da assistência social, observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nessa lei.
- b) As atividades integradas que visem ao enfrentamento da pobreza e ao investimento socioeconômico nos grupos populares, observando os objetivos, os princípios e diretrizes estabelecidas nessa lei.
- c) Atividades que visem ao pagamento de auxílios às famílias, cuja renda mensal per capita seja inferior 1/3 (um terço) do salário mínimo, e observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nessa lei.
- d) As atividades voltadas aos idosos e à integração de pessoa portadora de deficiência, devidamente articulados como benefício de prestação continuada, observando os objetivos, princípios e as diretrizes estabelecidas nessa lei.
- e) As atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas às necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e as diretrizes estabelecidas nessa lei.

5. Conforme Maria da Graça Türck (2002), a constituição de rede interna necessita de três elementos fundamentais para solidificá-la e ampliá-la:

- a) diálogo inteligente com a realidade; um instrumento de defesa de uma direção a ser impressa ao exercício profissional e procedimento racional e sistemático;
- b) articulações multideterminadas das intervenções sociais, conjuntura de relações sociais e definição de objeto e objetivo.
- c) forças sociais que compõem a correlação das forças institucionais, ações no campo dos problemas sociais e política dos direitos sociais.
- d) ações no campo dos problemas sociais, política que exerça um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos e ações no campo dos setores sociais.
- e) flexibilidade para aprender, disponibilidade para compartilhar e qualificação para executar.

6. O artigo de Andréa Simão e Robson Souza (2008) realiza uma reflexão sobre a importância da pesquisa no Serviço Social.

Assinale a alternativa que apresenta a afirmativa **INCORRETA**.

- a) Há uma imperiosa necessidade de se investir, cada vez mais, na pesquisa social para a identificação dos problemas que afetam os grupos humanos, visando à identificação dos problemas e à formulação de propostas de enfrentamento desses problemas.
- b) A medida que se demandaram novas intervenções dos profissionais do Serviço Social, aumentou a necessidade de uma formação articulada com outros campos do saber, notadamente como as Ciências Sociais.
- c) No Brasil, com o advento da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), uma nova concepção de assistência social, baseada na promoção dos direitos, exigiu, por sua vez, uma redefinição ou readequação do profissional de Serviço Social.
- d) A intervenção e o embasamento teórico fornecidos pela pesquisa são importantíssimos para a atuação do Assistente Social, porém não precisam estar ligados um ao outro.
- e) A necessidade de formar profissionais preparados para utilizar vários mecanismos e ferramentas teóricas que facilitem a elaboração de ações interventivas qualificadas é de extrema relevância.

7. Segundo Jeanete Sá (2002), a interdisciplinaridade implica, no plano prático-operacional, que se estabeleçam mecanismos e estratégias de efetivação desse diálogo solidário no trabalho científico, tanto na prática da pesquisa, como naquela do ensino e da prestação de serviços. Nesse sentido, deve-se levar em consideração que

- a) deve haver forças sociais que compõem a correlação de forças institucionais, existindo políticas no campo dos setores e serviços sociais, com foco nas estruturas organizacionais.
- b) não basta uma estrutura curricular com justaposição de disciplinas, se não houver em ação um processo vivificador de discussão, que explicita as correlações e reciprocidade de significação.
- c) basta criar uma estrutura curricular onde os sujeitos descubram-se como portadores de direitos, e rompam relativamente com a sua submissão.
- d) há necessidade de fragmentação do saber, através de uma estrutura curricular com ações no campo dos problemas sociais.
- e) basta criar uma estrutura curricular em que a ação no campo dos problemas sociais possibilitem visualização e impacto direto sobre o bem estar, com foco nas estruturas orga-nizacionais.

8. A Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, em seu artigo 7º, preconiza que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem, em seu conjunto,

- a) um órgão jurídico com o objetivo de legalizar a profissão de Assistente Social.
- b) um órgão jurídico com o objetivo de aprovar regimentos internos em cada seccional.
- c) uma entidade com personalidade jurídica para julgar em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS.
- d) uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional.
- e) uma entidade de personalidade jurídica para estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.

9. Conforme Berenice Rojas Couto (2008), uma das formas de compreender o campo dos direitos sociais é classificá-lo a partir da idéia de geração. Assim, são considerados os direitos de:

- I - Primeira geração: os direitos civis e políticos, sendo exercidos pelos homens, individualmente, e têm por princípio opor-se à presença da intermediação do Estado para o seu exercício. São fundados na idéia de liberdade.
- II - Quarta geração: são de natureza coletiva e difusa, pois não são apenas os indivíduos que assumem a titularidade, mas famílias, povos e nações que os requerem.
- III - Terceira geração: expressa às manifestações coletivas dos povos, porém são exercidos apenas de forma individual pelos homens. Assentam-se na ideia de solidariedade humana. São de natureza individual e coletiva.
- IV - Segunda geração: são os direitos sociais, sendo exercido pelos homens por meio da intervenção do Estado, que é quem deve provê-los. Acoram-se na ideia de igualdade.

Marque a questão **correta**:

- a) I e IV.
- b) I, II e IV.
- c) I e II.
- d) I, III e IV
- e) I, II, III.

10. Maria Lucia Silva Barroco (2008), faz uma análise dos fundamentos que influenciaram o longo processo de construção do Código de Ética, em 1993. Ao fazer referência aos valores e aos princípios, o Código aponta para as determinações da competência ético-política profissional, afirmando que o mesmo

- a) depende, sobretudo, da vontade e do desejo do profissional em querer ser competente na sua área de atuação.
- b) depende principalmente da militância e da experiência do assistente social junto às organizações sociais, a exemplo de sua participação em partidos políticos.
- c) depende, em grande medida, da dignidade, da autodeterminação e auto-aperfeiçoamento da pessoa.
- d) não depende somente de uma vontade política e de adesão aos valores, mas da capacidade de torná-los concretos, articulando e unificando as dimensões éticas, política, intelectual e prática, com vistas à prestação de serviços sociais.
- e) depende especialmente da capacidade técnica e operativa de conseguir que o indivíduo colabore e obedeça à norma institucional.

11. De acordo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), regulamentada pela lei n 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece que as instituições públicas de educação superior obedecerão os princípios da gestão democrática, assegurado por meio de

- a) órgãos colegiados consultivos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional. Em qualquer caso, os técnicos administrativos em educação ocuparão 70 por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão.
- b) órgão colegiado deliberativo, de que participarão somente segmentos da comunidade institucional. Em qualquer caso, os técnicos administrativos em educação não ocuparão nenhum dos assentos em cada órgão colegiado e comissão.
- c) órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão.
- d) órgão colegiado consultivos, de que participarão segmentos da comunidade institucional. Em qualquer caso, os docentes ocuparão 100 por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão.
- e) órgão colegiado deliberativo, de que participarão somente segmentos da comunidade institucional. Em qualquer caso, os técnicos administrativos em educação ocuparão 50 por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão;

12. De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), regulamentada pela Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, a Educação Superior tem por finalidade

- a) Promover a extensão, aberta à participação da comunidade universitária (docentes, discentes e técnicos administrativos em educação), visando à difusão do conhecimento para os integrantes da instituição.
- b) Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- c) Promover a divulgação reservada dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos gerados na universidade e zelar pela comunicação desses à comunidade, através de espaços específicos.
- d) Estimular o conhecimento das situações-problemas dos indivíduos, com vistas a produzir conhecimento que sirva de subsídio para a autossuperação e autorregulação das relações sócioeducativas.
- e) Aproximar ao máximo a universidade da comunidade, com o intuito de educá-la e elevar o seu nível cultural, afirmando a necessidade de produzir conhecimento científico, como o único caminho possível de promover o seu desenvolvimento intelectual (da comunidade).

13. Em relação à Universidade na Sociedade, Marilena Chauí (2001), a autora afirma que:

- a) A universidade, por ser uma instituição social pública, não participa da economia e da sociedade prestadora de serviços às empresas privadas.
- b) A universidade leva em consideração o ensino médio, assumindo a responsabilidade de qualificar as defasagens encontradas no sistema educacional.
- c) A universidade é uma instituição social, significando que ela não exprime de modo determinado as configurações sociais da sociedade brasileira, pois esta apresenta suas peculiaridades.
- d) A universidade, por ser um espaço de produção de conhecimento científico e tecnológico de ponta, possui um nível mais elevado de criticidade, o que lhe permite não se submeter às mudanças da sociedade brasileira na década de 1990.
- e) A universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada.

14. Marilda Iamamoto (1998), ao referir-se ao exercício profissional, no contexto do mundo do trabalho, afirma que

- a) trata-se de uma mudança de concepção, pois coloca o trabalho profissional como participe de processos de trabalho.
- b) não deve ser considerado isoladamente, em si mesmo, mas em seus condicionantes externos.
- c) é o resultado de um conjunto integrado de atividades que o Assistente Social desenvolve na relação direta com o usuário.
- d) é uma prática profissional, havendo apenas uma mudança de nomenclatura, mas não de concepção, no seu fazer cotidiano com o usuário.
- e) trata-se de uma mudança de concepção, pois a questão social não se expressa no fazer cotidiano.

15. Myrian Veras Baptista (2000) reconhece que na área social há desproporção entre os recursos disponíveis e o conjunto de prioridades a serem atendidas. A partir desta constatação, evidencia-se ao planejador identificar prioridades de intervenção de modo racional e objetivo, utilizando dois critérios básicos.

- a) Critérios de relevância e critérios de viabilidade.
- b) Critérios de viabilidade e critérios legais.
- c) Critérios de viabilidade e critérios institucionais.
- d) Critérios políticos e critérios de relevância.
- e) Critérios de relevância e critérios político-institucionais.

16. Maria do Carmo Brant de Carvalho (2008), em seu artigo define a família como um campo de mediação imprescindível, pois

- a) é percebida como nicho afetivo e de relações necessárias à socialização dos indivíduos, que assim desenvolvem o sentido de pertença a um campo relacional iniciador de relações incluídas na própria vida em sociedade.
- b) é o reflexo da formação das relações sociais.
- c) nega os moldes tradicionais da família burguesa, por isso requer um olhar capaz de perceber as contradições sociais.
- d) se constrói através de laços afetivos que se rompem quando a subsistência econômica não consegue suprir as necessidades básicas.
- e) vem sofrendo mudanças profundas em sua estrutura o que ocasiona um forte impacto sobre um grande número de dinâmicas sociais, valores, cultura e formas de convívio, tendendo a formar organizações familiares desestruturadas.

17. De acordo com Maria Cecília Minayo (2007), a análise e a interpretação dentro de uma perspectiva de pesquisa qualitativa tem como foco principal

- a) a totalidade das falas e expressões dos interlocutores.
- b) a dimensão sociocultural das opiniões e representações do pesquisador investigado;
- c) a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar.
- d) a biografia de cada interlocutor, bem como a do pesquisador para melhor compreender suas opiniões e crenças.
- e) a decomposição e a contagem das falas para melhor interpretar o conteúdo descrito.

18. A Política Pública da Assistência Social objetiva

- I - Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.
- II - Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços sociassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- III - Assegurar que as ações, no âmbito da assistência social, tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.
- IV - Garantir uma política de recursos humanos com atributos e qualificação necessários às ações de atendimento ao usuário desta política.
- V - Monitorar e avaliar um sistema oficial de informação que possibilite a mensuração da eficiência e da eficácia das ações previstas nos planos de assistência social.

Assinale a alternativa que apresenta as afirmativas **corretas**.

- a) I, II e IV
- b) II, IV e V
- c) I, II e III
- d) I, II, III e IV
- e) I, II, III, IV, V

19. Maria da Graça Türck (2007), a documentação em Serviço Social para circular nos espaços públicos tem como objetivo

- a) controlar o limite de acesso ao usuário em relação à demanda institucional.
- b) cumprir com os preceitos do Conselho Federal de Serviço Social.
- c) agilizar o atendimento dos usuários, facilitando o processo de comunicação interna na instituição.
- d) facilitar o processo de ensino-aprendizagem ao aluno estagiário.
- e) realizar a articulação entre as instituições e os usuários na garantia de seus direitos.

20. Ana Elizabete Mota (2006) entende que as políticas de proteção social, nas quais se incluem a saúde, a previdência e a assistência social, são consideradas

- a) políticas não contributivas, sendo direitos de todos os cidadãos e dever do Estado.
- b) dispositivos acionados pelo Estado e direcionados a todo e qualquer cidadão que delas necessitar.
- c) dispositivos de atendimento integral e universal que possibilitam o trânsito para a conquista efetiva dos direitos sociais.
- d) possibilidade de constituição de espaços públicos que contam com a participação de novos sujeitos sociais.
- e) produtos históricos das lutas do trabalho, na medida em que respondem pelo atendimento de necessidades inspirados em princípios e valores socializados pelos trabalhadores e reconhecidos pelo Estado e pelo patronato.

21. Embasado nos termos da Resolução n. 145/04 – PNAS, Carlos Simões (2008), define o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como sendo

- a) uma unidade bipartite de base territorial, localizada em áreas de vulnerabilidade social, abrangendo um total de duas mil famílias, com a finalidade de executar os serviços de proteção social básica e especial.
- b) um equipamento estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, abrangendo um total de até mil famílias, com a finalidade de organizar, coordenar e executar os serviços de proteção social básica da política assistencial.
- c) um equipamento gerenciado em parceria de representações públicas e privadas, localizado em áreas de vulnerabilidade social, abrangendo a um total a partir de mil famílias, com a finalidade de organizar os serviços de proteção social básica da política assistencial.
- d) um equipamento estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, abrangendo um total de até duas mil famílias, com a finalidade de organizar, coordenar e executar os serviços de proteção social básica da política assistencial.
- e) uma unidade estatal, localizada em áreas de vulnerabilidade social, abrangendo um total a partir de mil famílias, com a finalidade de coordenar, executar e avaliar os serviços de proteção social básica e especial da política assistencial.

22. Referindo o artigo 5º da Lei 8662/93, Carlos Simões (2008) alega que, dentre outras, são atribuições privativas do assistente social

- a) planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidade de serviço social e elaborar estudos socioeconômicos, para identificação de demandas e necessidades sociais.
- b) planejar e administrar benefícios e serviços sociais e elaborar estudos socioeconômicos, para identificação de demandas e necessidades sociais.
- c) supervisionar diretamente estagiários de serviço social, realizar laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de serviço social.
- d) dirigir e coordenar unidades de ensino e cursos de serviço social de graduação e de pós-graduação, prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais.
- e) encaminhar recursos sociais à população, planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar profissionais.

23. Marta Buriolla (1994) entende que a supervisão de estágio é essencial à formação do aluno de serviço social, enquanto lhe propicia um momento específico de aprendizagem, de reflexão sobre a ação profissional, de visão crítica e dinâmica das relações existentes no campo institucional. Dessa forma, segundo a autora, a formação profissional deve contemplar

- a) uma sólida base teórica e metodológica, uma prática profissional, uma iniciação à pesquisa e uma dimensão pedagógica.
- b) uma base teórico-metodológica, uma visão histórica, uma vivência profissional.
- c) uma base epistemológica, uma fundamentação ética, uma vivência profissional e uma iniciação à pesquisa.
- d) uma dimensão teórica, metodológica, epistemológica e ética.
- e) uma base pedagógica, uma prática profissional, uma dimensão metodológica permeadas por uma visão teórica crítica.

24. Maria da Graça Türk (2007) afirma que a partir da perspectiva teórica marxista, a estrutura do Estudo Social busca uma lógica que contempla três momentos bem demarcados:

- a) 1º) análise da situação dos sujeitos ou grupos; 2º) instrumentais operativos a serem acionados na intervenção; 3º) superação das contradições.
- b) 1º) narrativa em que se contextualiza a Questão Social se explicitando na vida dos sujeitos a partir das suas subjetividades, dos processos particulares e dos processos sociais; 2º) narrativa analítica do objeto desvendado na vida destes sujeitos; 3º) caminho que deve ser sugerido para a superação do objeto desvendado para atingir os objetivos propostos.
- c) 1º) descrição da situação da população usuária; 2º) análise de contexto; 3º) propostas metodológicas para intervenção social.
- d) 1º) identificação do problema; 2º) fundamentação teórica; 3º) aplicação das técnicas operativas.
- e) 1º) atendimento para identificação de limites relacionais; 2º) análise das contradições identificadas; 3º) relatório processual condensado.

25. De acordo com o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, a Política Nacional Para Integração de Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) compreende o conjunto de

- a) orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.
- b) orientações gerais que objetivam assegurar o exercício dos direitos individuais da pessoa portadora de deficiência, respeitando os direitos sociais da sociedade.
- c) orientações específicas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos coletivos e difusos apenas das pessoas portadoras de deficiência física, tendo em vista que as demais categorias, não se enquadram nos termos da lei.
- d) orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos a educação somente as pessoas portadoras de deficiência física, tendo em vista que as demais categorias não se enquadram nos termos da lei;
- e) orientações universais e peculiares que objetivam assegurar o exercício pleno dos direitos coletivos e difusos das pessoas consideradas deficientes, respeitando todas as categorias previstas nos termos da lei.